

Ciência Atual

Revista Científica
Multidisciplinar das
Faculdades São José

2015

Volume 5 | Nº1



FACULDADES
SÃO JOSÉ

ISSN 2317-1499

GÊNERO E ETNIA NO AMBIENTE ESCOLAR: INCURSÕES CONCEITUAIS E REFLEXÕES PARA NOVAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

GENDER AND ETHNICITY IN SCHOOL ENVIRONMENT:
INROADS CONCEPT AND REFLECTIONS FOR NEW EDUCATIONAL PRACTICES

Professora Doutora Ana Lúcia Guimaraes

Coordenadora do grupo de pesquisa em Educação do Curso de Pedagogia das Faculdades São José e Professora Universitária

Professora Doutora Rita de Cássia Borges de Magalhães Amaral

Coordenadora do Curso de Pedagogia das Faculdades São José e Professora Universitária

Alessandra de Oliveira Adiala

Rebeka Helena Costa da Silva Oliveira

Ruth Rubim

Alunas do Curso de Pedagogia das Faculdades São José e Pesquisadoras

Rose Cristina Veiga Gomes de Carvalho

Aluna da Pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional das Faculdades São José e Pesquisadora

RESUMO

O artigo trata dos desafios conceituais sobre gênero e etnia encontrados na sociedade em específico no âmbito educacional. A partir da tentativa de entender os conceitos de gênero e etnia, estaremos sobretudo relatando como as Políticas Públicas podem colaborar para a importância do respeito à diversidade. Dessa forma, provocamos reflexões sobre o papel da escola como mediador e formador de cidadãos críticos perante a sociedade em que está inserido.

Palavras-Chave: Educação; Sociedade; Gênero e Etnia

ABSTRACT

The article discusses the challenges conceptual on gender and ethnicity found in society in particular in the educational field . From the attempt to understand the concepts of gender and ethnicity , we are particularly telling as the Public Policy may contribute to the importance of respect for diversity . Thus, provoke reflections on the role of the school as a mediator and trainer of critical citizens before the society in which it appears .

Keywords: Education ; society; Gender and Ethnicity .

ENTENDENDO GÊNERO E ETNIA

Joan Scott (1980) nos apresenta, em seu artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, a categoria gênero como elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, conceitos normativos que põem em evidência as interpretações de sentido dos símbolos que se esforçam para limitar e conter suas possibilidades metafóricas. Ou seja, o conceito de gênero remete-nos a perspectiva de uma construção social, uma diretriz de escolha e identidade social. Posso assim estar situado biologicamente em uma referência de sexo e socialmente em outra diferente desta primeira.

Os estudos sobre gênero e educação na França nos mostram uma compreensão sobre a perspectiva de compreensão da questão do êxito escolar de meninas e meninos. Investigam-se o progresso das meninas na escola primária e secundária e o seu sucesso ou não em carreiras acadêmicas que exigem raciocínio mais técnico-científico. Isso é feito pois busca-se compreender como a escola pode contribuir para reforçar a divisão sexual do trabalho.

Zaidman (1994) , buscou compreender como a escola, sobretudo, a escola primária, administra a diferença entre os sexos. A partir de seus dados, ela constata que existem dois modelos que comandam as relações entre os sexos nesse tipo de escola: a separação espontânea entre meninos e meninas, sobretudo, no recreio e uma mistura dos indivíduos, modelo dominante na sala de aula, onde as atividades pedagógicas acontecem sem levar em conta a diferença de sexos dos indivíduos-alunos.

De acordo com Ferrand (1994) , ainda se buscam justificativas como a falta de capacidade da mulher para os caminhos da ciência por razões de natureza biológica, tal como aconteceu até o início do século XX, quando se dizia que as mulheres não conseguiriam exercer a prática das humanidades clássicas (latim e grego). Suas inaptidões intelectuais hoje recaem sobre as ciências e a matemática. Tal explicação, segundo a autora, origina-se na ideologia dos “dons”, que durante muito tempo presidiu as explicações do fracasso escolar das crianças de origem popular, ou seja, apoia-se na ideia de uma superioridade do inato sobre o adquirido, reiterando uma certa predestinação biológica.

A respeito dos conceitos de discussão em torno de conceitos de raça e etnia vemos que, Hasenbalg e Silva (1990) , ao destacarem estudos acerca da questão da raça e a dinâmica educacional no estado de São Paulo, mencionam os resultados obtidos pelas pesquisas realizadas pela Fundação Carlos Chagas sobre a situação educacional do negro em São Paulo. Que resultados seriam estes? Segundo os autores: a taxa de escolarização de negros é inferior a dos brancos; os brancos apresentam uma porcentagem maior de crianças sem atraso escolar; maior proporção de alunos negros freqüentam as escolas que oferecem cursos com menor número de horas-aula.

Assim, para os autores existem diferenças entre brancos e não-brancos na dinâmica educacional: crianças do grupo branco apresentam ritmos de progressões dentro da escola significativamente mais rápidos do que aqueles das crianças pardas e pretas. Estas diferenças na dinâmica de progressões resultam nas profundas dificuldades educacionais que separam brancos e não-brancos em uma sociedade.

DaMatta (1987) , nos mostra que categoria negro denota a origem cultural do grupo; o contínuo ou gradiente descrito por Teixeira (1987) , que opõe pessoas escuras e claras. O gradiente é construído através de uma valorização de mais ou menos claro e, portanto as categorias claro e escuro diluem a oposição preto e branco ou negro e branco através de uma valorização subjetiva e portanto cultural do mais claro e, finalmente, a oposição preto x branco. Com essa oposição se pensa o lugar propriamente social do grupo. Preto é uma categoria usada para definir o pobre, o trabalhador, entre outros, pouco se fala em preto e essa categoria é vista como depreciativa.

Assim, o que se evidencia, de acordo com seus resultados, é que há um lugar social desvantajoso para o negro no Brasil. A cor das pessoas constitui um fator fundamental para se pensar a exclusão social dos indivíduos.

A questão da cor e a alocação de indivíduos na sociedade consiste em uma preocupação cada vez mais notável dos estudiosos da raça no Brasil.

Sabe-se que o uso do conceito de etnia nos dias atuais é o que mais apresenta coerência conceitual, frente às lutas em busca de sua afirmação, reconhecimento e valorização por parte dos grupos negros, uma vez que este atende a percepção mais plural da contribuição destes grupos para nossa formação enquanto sociedade plural.

Refletir sobre gênero e etnia significa pensar na relação entre o eu e o outro, sendo ambos inclusos na sociedade e com os mesmos direitos e deveres perante as leis. Dessa forma, pensamos na diversidade cultural em que o Brasil se encontra, sendo ele um país com tantas diferenças socioculturais cujo seu olhar tem se destacado para essa nova fala, o respeito entre todos.

Atualmente, vivem no território nacional cerca de 210 etnias indígenas, cada uma com identidade própria e representando riquíssima diversidade sociocultural, junto a uma imensa população formada pelos descendentes dos povos africanos e um grupo numeroso de imigrantes e descendentes de povos de vários continentes, com diferentes tradições culturais e religiosas. Os índios então são muito pouco contemplados com reflexões e produções sobre sua participação na categoria etnia.

Lidório (2010) aponta através do seu relatório que possui 41 agências missionárias filiadas às quais abrigam missionários vinculados a mais de 120 diferentes denominações evangélicas que possuem 257 programas e projetos sociais junto aos povos indígenas.

Segundo o autor, o apoio destes projetos sociais apresenta um quadro eclético, que envolve crescente migração urbana, onde os indivíduos passam a se autodeclarar indígenas nos últimos 15 anos, acelerando perda da língua materna nas etnias periféricas às áreas urbanas.

Segundo dados do relatório, o crescimento da população geral dos povos indígenas no Brasil é muito significativo. Em 1991 a população do Brasil era formada por 294.000 indivíduos. A partir do ano de 2000, porém o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) passa a registrar aumentos de até 150% de indivíduos que se autodeclararam indígenas nas áreas urbanas ou em urbanização, somando mais 734.000 pessoas, perfazendo um total de 900.000 em 2010.

AS TEMÁTICAS DE GÊNERO E ETNIA NO ÂMBITO ESCOLAR

Pereira (2010) aponta para a revisão do conceito dos professores no sentido de que tenham cuidado para não contribuir para a difusão da intolerância, mas que, sobretudo, o "eu" e o "outro" tenham os mesmos direitos e sejam vistos e representados nos conteúdos escolares, bem como nas instituições sejam quais forem.

Para Rousseau (1762) "o estado de natureza não caracteriza um período da história humana marcado por inconveniências a serem superadas pela constituição da sociedade civil". Partindo disso, a formação cultural da sociedade brasileira é constituída da evolução de acontecimentos históricos da união dos cidadãos que nela ocupa.

Considerando esses ideais, para Gomes (2003), a escola é um ambiente o qual as diferenças sociais e étnicas estão presentes, sendo marcada pela inclusão de fatores que nela encontra-se, respeitando à diferença e arraigando as políticas públicas o qual a história e a diferença de cada grupo social e cultural sejam consideradas dentro de suas especificidades sem perder o rumo do diálogo, da troca de conhecimentos e da segurança dos direitos sociais.

Segundo Bourdieu e Passeron (1975), toda e qualquer sociedade estrutura-se como um sistema de força simbólica cujo papel é reforçar, por dissimulação, as relações de força material.

Todo o poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força (Bourdieu & Passeron, 1975).

A violência simbólica é exercida através da força simbólica. Depreende-se assim que as forças simbólicas podem ser entendidas como comunicação e programas culturais, os meios de comunicação de massa, a educação escolar, o discurso religioso, etc. Sob essa teoria, a escola reproduziria relações sociais através da reprodução diferenciada da cultura. Isso equivale a dizer que os bens culturais, enquanto bens simbólicos, devem ser apreendidos por aqueles que detêm a posse prévia de instrumentos de apropriação desse conhecimento, uma espécie de código anterior para a seleção e significação desses bens simbólicos.

O poder de violência simbólica é a capacidade que têm os grupos ou classes detentoras do poder de violência material de impor aos grupos ou classes que não o detêm significações legítimas. Isso significa dizer que a classe detentora do poder de violência material impõe os seus valores de escolarização à classe subordinada, o que conseqüentemente leva à legitimação da dominação e reproduz a estrutura social vigente.

Compreende-se assim que os autores destacam a escola como um lugar de produção e reprodução de conhecimento, sendo a forma pela qual esse conhecimento é apropriado pelos alunos de diferentes classes sociais que vai reforçar a estrutura social vigente.

PCN- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E AS TEMÁTICAS DE GÊNERO E ETNIA: DESAFIOS E PRÁTICAS

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais, as temáticas de gênero e etnia, estão presentes dentro do tema transversal de Pluralidade Cultural.

Este tema propõe uma percepção que busca explicitar a diversidade étnica e cultural que compõe a sociedade brasileira, compreender suas relações, marcadas por desigualdades socioeconômicas e apontar transformações necessárias, oferecendo elementos para a compreensão de que valorizar as diferenças étnicas e culturais não significa aderir aos valores do outro, mas respeitá-los como expressão da diversidade, respeito que é, em si, devido a todo ser humano, por sua dignidade essencial, sem qualquer discriminação

Essa temática, dentro da escola, é de caráter interdisciplinar e requer do corpo docente conhecimentos nas áreas de fundamentos éticos, conhecimentos jurídicos, noções histórico-geográficas, conceitos sócio antropológicos, entendimento na área de linguagens e representações, conhecimentos populacionais, psicológicos e pedagógicos. O sujeito vivencia a diversidade como parte de seu cotidiano escolar e tem total capacidade de aprender com ela. Porém, para isso acontecer, é necessário que a instituição educacional e os profissionais que nela atendem, se qualifiquem para responder de maneira mais concisa as questões que têm sido informadas pelo senso comum ou muitas vezes, por motivo de constrangimento, são lançadas ao mar da ignorância.

Para isso foi criado o PCN de Pluralidade Cultural, norteando a escola e educadores, com o objetivo de estimular a "cultura da paz" entre os discentes, sob a ótica de respeito e valorização das diferentes culturas que contribuíram para a formação da identidade do povo brasileiro, superando um extenso histórico de discriminação e segregação social destinados a alguns grupos etno-culturais, sobretudo, os povos indígenas e africanos.

Joaquim (2009) afirma que:[...]A carta constitucional de 1988 alargou as medidas proibitivas de práticas discriminatórias no país. Algumas delas, como por exemplo, discriminação contra a mulher (discriminação de gênero). [...] Além disso, é oportuno combater a discriminação contra o índio, o homossexual, o cigano, a cultura afro-brasileira.

Pensando nisso, o grande desafio da escola é reconhecer a diversidade étnica como parte inseparável da identidade nacional, investindo na superação de qualquer tipo de discriminação e valorização a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade.

Para Anete Abramowicz (2006) "diversidade pode significar variedade, diferença e multiplicidade. A diferença é qualidade do que é diferente; o que distingue uma coisa de outra, a falta de igualdade ou de semelhança". Nesse sentido, podemos afirmar que onde há diversidade existe diferença.

Uma ação pedagógica realmente pautada na diversidade cultural deve ter como princípio uma política curricular da identidade e da diferença. Tem obrigação de ir além das benevolentes declarações de boa vontade para com a diferença, ela coloca em seu centro uma teoria que permita não só reconhecer e celebrar a diferença, mas também questioná-la, a fim de perceber como ela discursivamente está constituída. No que diz respeito ao princípio educacional, o primeiro saber, Morin (2000) relata que a prática do ensino consiste em ensinar conhecimentos, e o problema do conhecimento reside no erro e na ilusão. Esse conhecimento, portanto, é uma tradução seguida de uma reconstrução.

No Brasil, o conhecimento é destacado por disciplinas específicas. Cada professor de determinada matéria deve cumprir o conteúdo programático sem interagir com outras disciplinas. Os PCN's, porém, enfatizam a transversalidade nas escolas numa visão sistêmica, estimula a percepção da inter-relação entre os fenômenos, essencial para as tecnologias, para a compreensão da problemática ambiental e para o desenvolvimento de uma visão articulada do ser humano em seu meio natural, como instrutor e transformador desse meio; uma visão global que deverá ser desenvolvida em cada disciplina e no conjunto de disciplinas, em cada área e no conjunto das áreas (PCN ENSINO MÉDIO, 1999, p. 20.21).

O texto dos PCN's (MEC, 2003) ousa discutir de maneira mais sistemática e aprofundada a questão da pluralidade cultural na escola e a propor medidas concretas de abordagens, quando os dispositivos legais até então existentes mantem-se no campo das formulações abstratas.

Na Constituição federal de 1998 e na Lei 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional- LDB- promulgada em 20 de Dezembro de 1996, a questão da diversidade cultural é tratada de maneira genética e abrangente.

Sendo assim, a reflexão crítica, política e social deve abranger todo o embasamento educacional dando ao indivíduo a satisfação de sua cultura, gênero e etnia através de reflexões. Perrenoud (2002) ressalta que a reflexão não deve aparecer apenas para solucionar problemas, a reflexão só será meio de transformação quando se tornar um hábito.

Para Rohden (2009) , O importante nesse caso é incentivar uma reflexão que incida sobre a natureza histórica e as razões políticas que levaram à construção desse tipo de raciocínio. É mostrando o seu caráter social e culturalmente arbitrário que poderemos abrir os horizontes para uma concreta possibilidade de transformação.

A autora ainda afirma que, a mídia brasileira tem sido palco privilegiado para a reprodução de estereótipos de gênero, raça e etnia e invisibilização das populações historicamente discriminadas. Como resultado, atua como um dos principais agentes para a manutenção de crenças, valores, hábitos, comportamentos e atitudes sexistas, racistas e etnocêntricas, promotores de sofrimento e de profundas desigualdades na sociedade brasileira. A combinação do sexismo, do racismo e do etnocentrismo na mídia constitui uma violação dos direitos humanos à comunicação e contribui para a manutenção de um Brasil com alto índice de desigualdades e produtor de estereótipos, preconceitos e estigmas sobre as mulheres e, em especial, sobre mulheres negras e indígenas.

Santos (2009) relata que, no início do século XX, somando-se às conquistas individuais em muitos campos, o talento dos negros floresceu nas artes e na música durante as décadas de '20, '30 e '40.

A partir da primeira metade do século XX passa-se a perceber a África como um mundo de plena diversidade, riqueza cultural, artística e criativa. Surge a arte negra "abstrata" o jazz, o Teatro, como arte do movimento e da palavra, definindo e se redefinindo, dentro da comunidade afro-americana, como postura artística de pobreza, para Rocha (2003) , ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que vive. Pobreza e exclusão social estão, pois, articuladas, visto que a pobreza enquanto privação de capacidades acaba por excluir os que foram privados de alguma de suas capacidades, em especial a de auferir renda.

O termo estereótipo, segundo Rohden (2009) , é o recurso classificatório que simplifica a relação imagem/conceito, para ampliar a discussão de desigualdade racial, ressaltando seu peso na configuração do preconceito e da discriminação. Ressalta-se ainda a autora, que os estereótipos construídos acerca de grupos sociais que compõem a sociedade, em relação a sexo, cor/raça, classe etc. se tornam características definidoras de lugares sociais, simbólicos e econômicos na sociedade. Determinam oportunidades e dificuldades na esfera da vida social, influenciando, por exemplo, ativamente na possibilidade de mobilidade social de negros, mulheres, gays e lésbicas.

Para a autora, a escola reflete em seu âmbito o racismo, a homofobia e o sexismo característicos de sociedade brasileira. Um exemplo disso são as políticas educacionais que procuram minimizar as atitudes discriminatórias por meio da negação de que existam como realidade, acabando por confirmá-las. Outro são os livros didáticos que contêm visões estereotipadas e preconceituosas acerca dos grupos minoritários. A escola, muitas vezes, ao abordar a discriminação, trata o assunto apenas do ponto de vista do discriminado e nunca dos discriminadores e, ao falar de diferença, refere apenas diversidade cultural ou discute a diversidade étnico-racial como uma questão do passado. A proposta da autora é não só pontuar como a escola, por meio de seus conteúdos curriculares, produz mazelas sociais, mas como pode ser transformadora, tornando-se um espaço privilegiado para a promoção da igualdade e para a eliminação de toda forma de discriminação e racismo.

A superação da igualdade entre todos, é o que a escola tem buscado diante das Políticas Públicas, evoluindo para uma sociedade democrática do qual a pluriétnica e as questões de gênero sejam respeitados em diversos ambientes, tendo as salas de aulas como um terreno decisivo para mudanças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As iniciativas públicas principiaram o discurso de uma cultura que compreende todos com igualdade diante da sociedade. Negro, branco, pardo, mulher, homem, homossexual, cada um com a sua moral criada conforme suas vivências possuem direitos e deveres perante a sociedade o qual estão inseridos. Sendo de grande importância conhecer e valorizar as feições étnico-histórico-cultural, refletido em uma tese de que não há um único estilo de apreender, ao longo da vida, juntamente com grupos sociais, compreendemos o respeito a valorização e o olhar de igualdade a ambos os gêneros e etnias.

Como professores e profissionais da educação têm lidado com estas temáticas no âmbito escolar? A vontade e a preparação para o enfrentamento de uma formação mais voltada para o reconhecimento da diferença e a criação de práticas e fundamentos que circulem e funcionem nesta direção são metas a serem perseguidas de forma contínua.

A Escola é o lugar social privilegiado para o trabalho de novos saberes e novas construções de valores e atitudes, portanto, não pode estar de fora desta necessidade de mudança e atuação.

A violência simbólica, velada, de certas práticas preconceituosas e discriminatórias que ocorrem em rotinas da sala de aula e dos pátios e espaços educacionais deve ser monitorada de forma a ser retrabalhada para gerar inclusão e compreensão de que homens e mulheres e até mesmo outras possibilidades de existência de gênero e etnia possam ser conhecidos e respeitados como cidadãos para além das belas linhas teóricas acadêmicas, na vida real.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWICZ, Anete. Trabalhando a diferença na educação infantil. São Paulo: Moderna, 2006.

BRASIL. Linguagem, códigos e suas tecnologias. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/linguagens02.pdf>

BRASIL. Pluralidade cultural. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pluralidade.pdf>

BRITO, Ricardo. Comissão propõe criminalizar preconceito por gênero. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/comissao-propoe-criminalizar-preconceito-por-genero>.

Da MATTA, Roberto. "A antropologia no quadro das ciências". In: *Relativizando: Uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

FERRAND, MICHÈLE. A Exclusão das Mulheres da Prática das Ciências: Uma manifestação sutil da dominação masculina. In: *Revista de Estudos Feministas*, nº especial/2º sem./1994, CIEC/ECO/UFRJ.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/94.pdf>.

GOMES, Nilma Lino. Educação e diversidade étnico-cultural. Disponível em: <http://www.faroldoconhecimento.com.br/livros/educa%C3%A7%C3%A3o>.

HASENBALG, Carlos e Nelson do Valle Silva. 1991. "Raça e Oportunidades Educacionais no Brasil". Em: Lovell, Peggy (ed.) Desigualdade Racial no Brasil Contemporâneo. Belo Horizonte: UFMG

JOAQUIM, Nelson. 2009. Igualdade e discriminação à luz das políticas de ações afirmativas. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/31323/igualdade-e-discriminacao-a-luz-das-politicas-de-acoes-afirmativas>.

LEOPOLDI, José Sávio. Rousseau - estado de natureza, o "bom selvagem" e as sociedades indígenas. Disponível em: http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu_n4_Leopoldi.pdf.

LIDÓRIO, Ronaldo. Etnias indígenas brasileiras. Relatório 2010. Disponível em: http://www.indigena.org.br/v1/index.php?option=com_content&view=article&id=7:relatorio2010&catid=1:banco-de-dados&Itemid=3.

MORIN, E. (2000). Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2 ed. Brasília DF: UNESCO, 2000.

PEREIRA, Edmar Martins. Síntese do texto conceitos de gênero, etnia e raça: reflexões sobre a diversidade cultural na educação escolar. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST1/Nogueira-Felipe-Teruya_01.pdf.

PERRENOUD, P. A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica. Tradução Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

RAMOS, Marisa Monteiro; ADÃO, Jorge Manuel; BARROS, Graciete /maria Nascimento. Diversidade na educação: reflexões e experiências. Brasília, 2003. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/diversidade_universidade.pdf.

ROCHA, Sonia. 2003. Pobreza no Brasil! Afinal de que se trata? Rio de Janeiro. Ed. FGV.

ROHDEN, Fabíola. Gênero, sexualidade e raça/ etnia: desafios transversais na formação do professor. 2009. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/v39n136/v39n136a08.pdf>.

SANTOS, Ramaiane Costa. Gênero, etnia e identidade: enfoques a partir da literatura feminina de língua inglesa. Disponível em: http://www.usp.br/anagrama/SantosCosta_GeneroInglesa.pdf. 1

SCOTT, Joan W. "Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica." Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990

TEIXEIRA, Moema. (1987), "A questão da cor nas relações e representações de um grupo de baixa renda". Estudos Afro-Asiáticos, 14:85-97

ZÁIDMAN, CLAUDE. A Administração Escolar do Regime Misto na Escola Primária. In: Revista de Estudos Feministas, nº especial/2º sem./1994, CIEC/ECO/UFRJ.



www.saojose.br | (21) 3107-8600
Av. Santa Cruz, 580 - Realengo - Rio de Janeiro